

*Assinado
por [assinatura]*

[assinatura]

ACTA 1/2006

-- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e seis, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Proibição de Estacionamento de Auto-Caravanas no Largo de São Sebastião - Ericeira; 3) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - Ratificação de Deliberação; 4) AMEGA - Proposta de alteração aos Estatutos; 5) Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia - Minuta de Protocolo; 6) Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios para o Concelho de Mafra. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Doutor Joaquim Francisco da Silva Sardinha, deu por iniciada a sessão, informando que "a Tratolixo enviou a esta Assembleia a convocatória de uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Instalação do Parque do Biodigestor da Abrunheira. Nesse sentido, a reunião será no dia um de Março, às dezassete horas, e dessa reunião darei conhecimento à Digníssima Assembleia". -----

-- O Segundo Secretário da Mesa, Senhor Luís Ribeiro Alves, fez a respectiva chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período antes da Ordem do Dia, passando à apresentação da acta número seis de dois mil e cinco, relativa à reunião de vinte e um de Novembro de dois mil e cinco. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo esta sido aprovada por maioria, com duas abstenções, uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata. Conforme tinha solicitado à Digníssima Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Director do Centro de Saúde de Mafra, Doutor Henrique Santos, para explanar algumas dúvidas, questionando-o sobre "qual a garantia de funcionamento de atendimento do SAP? Até quando? Se os números dos utentes atendidos no SAP são superiores àqueles que o Senhor Ministro tem vindo a anunciar, como limites para fechar? Se têm vindo a aumentar ou não? Eventualmente, talvez a Assembleia possa vir a fazer alguma pergunta." -----

-- O Senhor Doutor Henrique Santos referiu que "gostaria de ouvir algumas dúvidas da vossa parte, às quais eu vou responder e, depois, responderei ao que, em suma, o Ministro da Saúde pensa fazer em relação à Saúde em geral e em particular ao nosso Centro de Saúde. Se alguém quiser pôr alguma questão..." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "já fiz algumas, nomeadamente a garantia de funcionamento do atendimento e até quando? Se o número de utentes atendidos tem vindo a aumentar, ou não, e se está acima do limite que o Senhor Ministro entende como razoável para a manutenção do serviço? Com as Unidades de Saúde Familiar, se existem garantias de que se manterão em funcionamento todas as nossas extensões? Não são tão poucas quanto isso e a Câmara tem feito um trabalho notável nessa área. Se fechando extensões, o que fazer aos edifícios? O que fazer às infra-estruturas? Como é que as pessoas acedem à nova rede e à forma como estão a tentar estruturar? Como é que será garantido o acesso às populações mais distantes, com as dificuldades de transportes? Essas são as preocupações. Estou a ver o Sobral da Abelheira que é sempre um problema que há com esse encerramento. Gostaria, na medida do possível, de algum esclarecimento." -----

-- O Senhor Doutor Henrique Santos respondeu, dizendo que "em relação ao SAP, ele vai manter-se aberto vinte e quatro horas. O SAP da Lourinhã e do Cadaval vão fechar porque não têm número suficiente de atendimentos. Nós temos número suficiente de atendimentos, aliás, se compararmos, um dia destes deu na televisão, no Hospital de São João, no Porto, atendem seiscentas pessoas por dia, nós atendemos, nesta altura, trezentas, somos dois médicos, eles são trinta. Por isso,

há aqui uma grande diferença. Também há uma diferença de patologias. Depois, nenhuma extensão vai fechar, embora o Senhor Ministro tenha anunciado que as extensões com menos de quatro mil utentes iriam fechar. Não se prevê, para já, o fecho de qualquer extensão no Concelho, inclusivamente no Sobral da Abelheira e, no fundo, as coisas ir-se-ão manter como estiveram até aqui. Vamos ter o SAP aberto vinte e quatro horas, pelo menos mais três ou quatro anos até o Hospital de Loures estar a funcionar e isso ficou prometido pela Senhora Coordenadora. Temos um Concelho em grande crescimento, tenho cada vez menos médicos, mas isso é um problema interno que estamos a tentar resolver com a contratualização de mais médicos. Por isso, não fecham extensões, não fecha o SAP. Unidades de Saúde Familiares... é um conceito diferente de reagrupar os profissionais, ou seja, neste momento, cada um tem uma lista de utentes, cada médico, e podem ser feitas Unidades de Saúde Familiares de quatro mil utentes até dezasseis mil. Cada médico irá ficar com uma lista de, mais ou menos, dois mil e vão-se agrupar, quer médicos, quer enfermeiros, quer administrativos. Vai ser uma unidade autónoma do Centro de Saúde e é feito um contrato com a ARS, com uma agência da ARS. Não vejo que haja aqui uma grande alteração em termos de prestação de cuidados de saúde e dou o exemplo: se Santo Isidoro constituir uma unidade de saúde com a Ericeira, a Doutora Helena, que é quem faz consulta em Santo Isidoro, continua a fazer consulta no mesmo local. Não há o fecho da unidade. Se a Venda do Pinheiro fizer uma unidade destas e a Malveira também, nenhuma das extensões é fechada. Neste momento, e na minha opinião, só há dois sítios onde se pode fazer uma Unidade de Saúde Familiar que tem número de médicos e número de utentes suficientes e tem edifício que é em Mafra e na Ericeira. Foi posta à Senhora Coordenadora a hipótese de se fazer a unidade da Malveira e Venda do Pinheiro, se ela autorizasse a construção da Venda do Valador, porque não faz sentido, nem há médicos para se fazer nem na Venda, nem Malveira. Se a extensão da Venda do Valador for feita, temos médicos, temos edifício e temos pessoal." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou, ainda, "foi colocada a pergunta à Senhora Coordenadora e qual foi a resposta?" -----

-- O Senhor Director do Centro de Saúde de Mafra respondeu que "não foi nenhuma, nem em relação à Venda do Valador, nem em relação a Mafra. Mas, em relação a Unidades de Saúde Familiares, este agrupamento não dá para fazer nem num lado, nem no outro, porque isto pressupõe que a unidade funcione, ou que vai funcionar, até às oito da noite. Se eu tiver duas unidades, uma na Malveira, outra na Venda do Pinheiro, administrativos, médicos e enfermeiros até às oito da noite, é impraticável. Se eu tiver uma unidade única é mais fácil, é metade do pessoal. Aí não vejo viabilidade, tal como na Azueira, na Enxara, nem noutras extensões que temos. As únicas que têm é Mafra e Ericeira, têm médicos e utentes e têm estrutura." -----

-- O Senhor Manuel Pimenta interrogou "qual o crescimento do número de utentes ao nível do SAP?" -----

-- O Senhor Director do Centro de Saúde de Mafra respondeu que "nós temos tido crescimento do número de utentes todos os anos, ao nível do SAP, porque a população também cresce. Neste momento, temos, como população inscrita no nosso Concelho, ou seja, com cartão de utente, sessenta e quatro mil e quinhentas pessoas. Estimo que entre cinco a sete por cento das pessoas que residem no nosso Concelho ainda mantêm o médico de família, quer seja em Odivelas, Massamá, de onde vieram. Para além disso, como somos o único SAP que está aberto vinte e quatro horas, damos apoio a Sintra, Pêro Pinheiro, Montelavar, Terrugem, Loures, Massamá, Mem-Martins, Sapataria, São Pedro da Cadeira... dos concelhos limítrofes ainda temos bastante gente. Ainda há bocado vi três pessoas de Montelavar porque têm que ir para o Amadora-Sintra e não têm nenhuma estrutura que apoie." -----

-- Questionado por um dos membros da Assembleia sobre o facto de ainda existirem utentes do Centro de Saúde sem médico de família, o Doutor Henrique Santos referiu que "as contas são muito simples. Neste momento, em qualquer

Centro de Lisboa os médicos têm mil e quinhentas pessoas, a média aqui é mil, novecentos e vinte e três por médico. Mesmo assim, se multiplicar, e eu neste momento tenho vinte oito médicos, dois mil por vinte e oito, dão cinquenta e seis mil. Eu falei em sessenta e quatro mil e quinhentos, ou seja, eu tive que fazer um aumento porque senão, neste momento, estavam cerca de vinte e três mil pessoas sem médico de família. Temos cerca de oito mil. O grosso é Mafra, onde reside mais gente, Venda do Pinheiro, Malveira e Ericeira. Tenho algumas unidades que a pessoa tem médico de família, por exemplo na Azueira toda a gente tem médico de família, a Enxara tem, as extensões mais pequenas têm. Na Encarnação tenho cerca de cem ou duzentas pessoas, mas já tenho uma médica com dois mil e quatrocentos e um médico com mil e duzentos. Acho que ultrapassar isto, chega-se a um ponto e já não se pode pôr mais gente, embora essas pessoas depois possam ter uma consulta de recurso e há médicos que vêm fazer essa consulta de recurso. Temos que salvaguardar essas pessoas, vê-las no SAP e as ordens que os médicos têm é que quando uma pessoa não tem médico de família, caso seja preciso passar um exame, passar umas análises, isso é feito no SAP, para aliviar. Aqueles que têm médico de família podem recorrer ao seu médico." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "há alguns desses utentes que são utentes de subsistemas de saúde que são diferentes da generalidade das pessoas, naturalmente que esses ou ocupam o lugar de outros, quando utilizam, ou não devem entrar dentro da estatística." -----

-- O Doutor Henrique Santos referiu que "não. Toda a gente que tem cartão de utente, dos vários subsistemas, dos vários serviços, é óbvio que essas pessoas têm recurso a outros meios de consulta, mas, na minha óptica, o problema não é essas pessoas estarem a ocupar o lugar de outras, é nós não termos médicos suficientes para termos atendimento para toda a gente, o problema põe-se aí. Eu preciso é de médicos, não preciso de tirar pessoas. Gostaria só de frisar que extensões não vão fechar nenhuma, por isso as pessoas que não estejam preocupadas com isso, e o SAP vai manter-se vinte e quatro horas aberto." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com o período antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Senhor Manuel de Oliveira. -----

-- O Senhor Manuel de Oliveira disse que "fui eleito por esta Assembleia à Assembleia Distrital de Lisboa. Já fomos empossados no dia três do mês de Fevereiro. Queria lembrar, a quem não está habituado a estas andanças, de que foi eleito o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa o Senhor Manuel Dias Custódio, Partido Socialista, da Câmara Municipal da Lourinhã; Primeiro Secretário Aristides Lourenço Sécio, Partido Social Democrata, Presidente da Câmara Municipal do Cadaval; Segundo Secretário Senhor António Lopes Bogalho, do Partido Comunista Português, Presidente da Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço. Ficámos a conhecer a Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa, da qual faço parte. Queria informar o Senhor Presidente da Câmara que também fiquei satisfeito e orgulhoso por ser da Câmara de Mafra que é uma das Câmaras que tem as contas em dia com a Assembleia Distrital de Lisboa, para mim foi muito bom saber isto porque não é para todos assim." -----

-- O Senhor Daniel Marchante referiu que "gostaria de trazer aqui a nossa preocupação em relação ao biodigestor. Foi dito numa Assembleia já passada que, na primeira Assembleia deste ano, seria apresentada a Comissão de Acompanhamento do Biodigestor. Até hoje, e ouvimos há pouco que iria haver uma reunião, segundo eu percebi entre o Senhor Presidente da Assembleia e a Tratólixo. Não foi ainda constituída a Comissão, ou pelo menos nós não temos essa informação, assim como entendemos que essa Comissão já deveria estar realmente constituída, de forma a poder desempenhar o seu papel que é importante para a defesa do interesse da população neste caso, que é, sem dúvida, um assunto delicado. Por outro lado, queremos aqui manifestar a nossa preocupação pela presença do Senhor Engenheiro Berkmeier nessa Comissão como independente. Nós, Partido Socialista, queremos manifestar a nossa preocupação porque, também segundo algumas informações que recolhemos, existe uma ligação, pelo menos até

prova em contrário não temos outra informação, entre o Senhor Engenheiro Berkmeier e a Tratolixo, por essa razão entendemos que não será, talvez, a pessoa ideal para defender a sociedade civil como independente nessa Comissão. Estranhamos e queremos que nos seja prestada toda a informação possível acerca da constituição da Comissão de Acompanhamento. Outro assunto prende-se com a actividade do Turismo no Concelho de Mafra. É para nós uma actividade importante, gostaríamos que, quando for possível, em próxima Assembleia ou quando for possível, o Senhor Presidente ou o Vereador responsável traçasse as linhas de orientação para este exercício quanto à actividade do Turismo. Uma actividade fundamental para o Concelho e que pensamos que devermos conhecer quais são as linhas mestras de actuação dessa actividade." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "aproveitando a última deixa que foi dada relativamente ao Turismo, gostaria de destacar, mais uma vez, a presença da Câmara com um *stand* autónomo na BTL, em anos anteriores tinha participado conjuntamente com a Costa do Estoril e Sintra. O *stand* de Mafra marcou presença como sendo Concelho e numa feira importantíssima pelos públicos que abrange no sector do Turismo, desde o campista aos donos de iates, que é a Nauticampo. A Câmara, em parceria com a GIATUL, empresa que gere o Parque de Campismo, mostrou já alguma dinâmica nessa área e é de salutar porque até agora temos tido muito pouca informação sobre a actividade da GIATUL. Já se vê agora os *bungalows*, já se vê o parque de serviço de auto-caravanas, na FIL vendiam-se *mobile homes*, espaço para *mobile home*, mostra, de facto, que parece que este ano vai ser o ano de viragem do Parque de Campismo da Ericeira, que também precisava. De realçar estas iniciativas da Câmara, não deixando descurar, evidentemente, o plano global que será interessante ouvir em termos futuros, mas estas são duas medidas que em termos de feiras e presenças são importante destacar, tal como é a presença habitual da Câmara nas feiras de Madrid e Milão do sector turístico. Relativamente a situações de reestruturação, já se falou aqui da reestruturação na Saúde, gostaria de saber se há alguma informação sobre reestruturações nas unidades militares. Fala-se em vendas de quartéis, fala-se em mudanças de comando, o CMEFD é uma unidade um pouco elitista, com alguns generais e pouco mais a andarem a cavalo, agora na parte desportiva há uma parceria com o Clube Desportivo de Mafra para uma gestão das instalações, penso que é interessante abrir novamente as instalações à população. Relativamente às unidades militares, gostava de saber mais em concreto se existe ou não previstas, ou se o Senhor Presidente saberá, de algumas informações relativas a transferências de unidades militares de Lisboa para Mafra ou a própria exclusão de unidades em Mafra. Ainda relativamente a temas nacionais com interesse para o Município, a imprensa económica e generalista, em certa maneira, mas sobretudo a económica, nos últimos dias tem vindo a falar no congelamento de verbas para municípios eminente, isto por incumprimento por parte dos municípios na apresentação dos Relatórios de Contas e das contas das Câmaras. São vários os municípios, eu gostaria de saber se, da parte da Câmara, faz parte ou não dos municípios que estão em incumprimento, correndo, assim, o risco de ver verbas congeladas, como acontece, por exemplo, numa notícia que tenho aqui que saiu no Diário Económico, com as Câmaras de Lisboa e do Porto. Para além disso, uma outra questão local e tem a ver também com o Ambiente, já se falou aqui da questão do Biodigestor e do Engenheiro Berkmeier, que sempre que aparece na televisão aparece com o nome Quercus, não sei o que terá originado essa dissociação actual da Quercus na questão do biodigestor, mas o que é um facto é que sempre que ele aparece nas televisões aparece como sendo o especialista da Quercus para a área do tratamento de resíduos. Estou a falar da Quercus porque me constou que também esteve aqui e não se pode falar que a Quercus é boa para estar no biodigestor e depois mal noutros sítios, mas acho que a Quercus esteve aqui por causa da auto-estrada, por causa do nó que depois prolongará até à Ericeira. Creio que haverá problemas em termos de obra ou de acção em termos ambiental, tem a ver com sobreiros, um montado que foi descoberto agora,

gostaria de saber quais as informações que o Senhor Presidente terá para apresentar nesta Assembleia, relativamente a isto e até que ponto estes ligeiros entraves, se é que é um entrave esta questão dos sobreiros, poderá ou não atrasar a obra e o plano de obras inicialmente previsto?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu que "não estranhe Senhor Manuel de Oliveira porque Mafra é de boas contas, pelo menos a Câmara tem-se pugnado por isso. Aproveito para responder ao Senhor Miguel Ângelo, relativamente aquilo que foram os municípios em incumprimento, nós fizemos logo, passado um dia ou dois, o envio de tudo aquilo que foi pedido, todas as contas, pelo Ministério e, portanto, não estamos em incumprimento nessa matéria, porque é a nossa obrigação. Duas questões preocupantes, uma delas tem a ver com o montado de sobreiros que foi descoberto num troço da auto-estrada A vinte e um entre a estrada nacional nove e o Longo da Vila aproximadamente. Como sabem, aquilo que é conhecido pela zona da Baldeireira, todos os anos, dois em dois, quatro em quatro, arde e no meio dos eucaliptos acontecem uns sobreiros, uns castanheiros, umas árvores atípicas que lá vão crescendo no meio daquilo tudo. Quando acontece o rebentamento dos incêndios, todo aquele material lenhoso desaparece e, passado um ano ou dois, cada um daqueles cepos dá origem a quatro ou cinco ou seis rebentos, como há quatro anos não tinham ardido, atingiram diâmetros de oito, dez centímetros, à volta disso. Imaginem, então, que os senhores do Ministério da Agricultura, da Direcção Geral de Florestas, ávidos que estão de prestar um bom serviço à comunidade na defesa da legislação, do tempo do Salazar, salvo erro, feito no contexto de protecção aos montados de sobreiros que aconteciam no Alentejo, daí resultava uma economia nacional razoavelmente interessante não só para o pastoreio de suínos, mas também a extracção da cortiça nos tempos que lá vão. Limitava-se a uma zona, mas uma lei é uma lei para o todo nacional, eis senão quando descobriram não um, nem dois, nem três, mas quatro mil e quinhentos rebentos de sobreiro em meia dúzia de metros quadrados, centenas, milhares, três, quatro mil metros quadrados. Então, andaram os senhores do Ministério da Agricultura todos entusiasmados, o dinheiro que aquilo não custou, a cintar todas as árvores, a marcá-las com *sprays*, interrompeu-se a obra. E agora o que se faz? Levantamento exaustivo do números das árvores, das espécies, do diâmetro da copa e isto tem que ser decisão de Secretário de Estado ou de Ministro, isso não é problema, também despacho uma coisa dessas porque de anedota se tratava e porque não eu juntar a minha assinatura a um despacho para que prossigam os trabalhos? Mas, não, o outro Ministro da Agricultura ou Secretário de Estado e lá está, as coisas foram encaminhadas para lá. Resposta da Direcção Regional de Florestas: nós tínhamos que arranjar trinta e três hectares para plantar sobreiros, mas nós não temos trinta e três hectares. Ainda pensei nas bermas e valetas, arborizar, criar qualquer coisa, mas como é que esta gente no Ministério pode exigir ao Município ou outra entidade qualquer que quatro mil e quinhentos rebentos de sobreiro, é que não são sobreiros, são árvores ou rebentos que têm oito, sete, dez centímetros de diâmetro, não mais do que isso. Nunca houve, e sou de Mafra conheço, extracção de cortiça naquelas zonas, são árvores selvagens que nasceram por ali. Lá arranjámos os trinta e três hectares, na Tapada, fomos falar com a Tapada, com a Régie Cooperativa à qual pertencemos, e manifestámos a nossa disponibilidade para, porque se não arranjam na Tapada, diziam-nos lá, têm que ir plantar em Sines, há para lá umas matas nacionais. De facto, a satisfação daqueles óptimos funcionários do Ministério da Agricultura, deve ser o Ministério que mais funcionários inúteis tem no país, é vê-los por tudo quanto é Departamento. A agricultura cada vez está mais miserável, mas cada vez há mais funcionários e andam contentes e satisfeitos por interromperem um troço de uma estrada que está aprovada, que foi devidamente autorizada, tudo isso e financiada, porque existem quatro mil e quinhentos rebentos de sobreiros. Está ultrapassado, tanto quanto sei foi feita uma disposição, em termos de texto, por parte da Tapada Nacional, para ceder os trinta e três hectares. Ainda pensei, a Câmara tem algumas propriedades na Serra do Socorro, entre outras, falei com a Senhora Presidente da

Junta para me arranjar tudo o que eram baldios, mas a minha confusão era porque é que têm que ser os trinta e três hectares? Os trinta e três hectares é porque deram uma área de cinquenta metros quadrados para cada sobreiro, portanto, cinquenta metros quadrados vezes os quatro mil e quinhentos, à volta disso, dá os tais trinta e três hectares com alguns caminhos de permeio. Isto é, como devem calcular, sério, mas interpretei como anedota. Não houve grandes atrasos na obra, embora se os tempos não fossem climatericamente desfavoráveis como têm sido, isso repercutia-se no traçado e o empreiteiro desejoso que haja alguns atrasos porque ele próprio já está atrasado. De qualquer forma, essa situação já está ultrapassada, não passou de um susto. Outra questão é a venda de quartéis. Não é nada em que eu já não pensasse. O que se está a passar é que, de há uns tempos a esta parte, temos sido alertados para a possibilidade da vinda para cá dos Comandos que estão na Serra da Carregueira. No ano passado já houve uma tentativa, enfim, salvo erro dei conhecimento na Assembleia, de que nos movimentámos através da Assembleia, da Câmara, no sentido de não é impedir, mas tentar chamar a atenção de que, de facto, a concentração de mais militares em Mafra, quando se está a fazer o despovoamento das vilas e das cidades de tudo quanto é quartéis, de tudo quanto é militares, cada vez têm menos dinheiro e menos homens para se auto-alimentarem, de maneira que não faz sentido, nesta altura, estar a reforçar com mais, ainda por cima uma unidade operacional como são os Comandos. Não nos estamos a referir aos Comandos da Guerra Colonial, mas são tropas de elite que exigem tratamento técnico especial, grandes movimentações, a sua própria estrutura, de alguma capacidade reactiva aos próprios «truques» da guerra, disponíveis não direi para a zaragata, mas toda a gente sabe o que são os ex-Comandos, portanto, alguma afinidade com isso pode ser interpretada nesse sentido. Há agora uma nova reintentção, ao que parece, muito certa, de que aconteça no segundo semestre de dois mil e seis a vinda dos Comandos para cá. Eu não sei nada de oficial, vou sabendo pelo jornal da «caserna», como se costuma dizer, vou sabendo das notícias aqui e acolá, é mais uma atitude feita à socapa para não levantar questões. Não se dá conhecimento a ninguém, não se fala, distribui-se as coisas calmamente e depois aquilo é a política do facto consumado. Esta é a atitude que nós repudiamos e vamos tomar posição conveniente, que julgo interessante ser tomada, na defesa daquilo que nós pensamos que é a civilização desta unidade onde estamos aqui, do Palácio, e quando digo civilização é tornar civil, não é que eles não sejam civilizados, mas de facto, e há dias falando com o Presidente da CCDDR, o Engenheiro Fonseca Ferreira, dizia-me ele que tinha uma candidatura, queria falar comigo, tinha lá uns dinheiros, sobre utilização cultural do Palácio, projectos, programas... eu disse ao Senhor Presidente que parece que estamos com azar porque parece que, e ele sabia, que aquela intenção dos militares meterem lá os Comandos, vão sair da Carregueira porque entretanto os terrenos vão ser urbanizados, pelo menos é o que ouvi, mas o seu investimento cultural fica prejudicado porque os Comandos, eventualmente, irão para lá. É preocupante, neste momento, aquilo que está em vias de poder vir a acontecer. Nós da nossa parte, em termos de Câmara, e eu darei conhecimento à Câmara na próxima reunião, vamos tomar uma atitude não de repúdio, nem de afrontamento, mas de fazer sentir a quem de direito que basta de militares, chega os que temos, aguentámos durante muitos anos, suportámos muito, o triângulo de Santa Margarida, Abrantes, suporta ainda muitos militares, vão para lá, não saiam de onde estão, se calhar têm melhores instalações. Deixem-nos o Palácio para gozarmos um pouco o nosso Palácio porque senão temos a militarização da vila de Mafra novamente, com os prejuízos inerentes ao que isso pode trazer a estes projectos turísticos, ainda há bocado foi falado, se eu tenho o quartel cheio de militares não consigo, certamente, atrair aquilo que está previsível que aconteça para aqui este ano que é a reunião do Conselho da Europa de Turismo. Foi discutido ontem, foi tomada a posição, há fortes indícios de que isso possa vir a acontecer, debatemo-nos para que isso aconteça, como é óbvio, mas claro que falar de turismo com uma unidade militar é preocupante. Não vamos utilizar isso

para espantar a «caçada», porque isso poderia trazer situações complicadas agora porque estamos em negociações para que possa acontecer a reunião do Conselho da Europa de Turismo aqui. O que sei é pouco, mas é suficiente para ficar preocupado. Já agora dar-lhes também conhecimento de que fui eleito Vice-Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, já devem saber, o Presidente é o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro e o outro Vice-Presidente é o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Carlos Teixeira.” -----

-- O Senhor Manuel Pimenta acrescentou que “o Senhor Presidente não respondeu às perguntas em relação ao biodigestor.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu que “não preciso responder a todas as questões. A pergunta não foi dirigida para mim, foi dirigida para a mesa.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que “era minha intenção entregar, ao Senhor Deputado, uma cópia da carta que recebi da Tratólixo e que está referenciada. De qualquer forma, o quadro de correspondências que entregamos no início de cada sessão refere genericamente, no caso concreto, é aquela que tem mais linhas para explicar aquilo que se pretendia neste convite da Tratólixo.” -----

Seguidamente, passou-se ao período da Ordem do Dia, introduzindo o primeiro ponto relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra disse que “peço desculpa estar a voltar atrás, mas todos nós estamos aqui de boa fé, mas só respondo às perguntas que me são dirigidas. Eu aguardei que o Senhor Presidente do órgão desse a resposta. Só em reforço daquilo que foi distribuído, dizendo-vos que finalmente conseguimos já adjudicar os projectos para as escolas, como sabem é um dos nossos grandes projectos sobre Educação. Neste primeiro pacote tem havido alguma dificuldade na concretização dos terrenos, como devem calcular não é fácil, uns têm sido comprados, outros eram propriedade municipal, outros eram das Juntas, tentámos também aqui exercer uma função muito economicista., estamos a falar de muitas centenas de milhares de contos. No primeiro pacote já vão dez escolas, faltam projectos que são de rearranjo, digamos assim, arquitectónico de edifícios pré-existentes, como é o caso de Vila Franca do Rosário, Gradil, Alcainça e Azenhas dos Tanoeiros que é uma pré-primária, faltando ainda o Milharado. O Milharado existe uma intenção de um grupo de proprietários de na Quinta do Munhoz desenvolver um projecto urbanístico. O projecto já deu entrada na Câmara e eu ainda não tive oportunidade de falar com os promotores sobre as áreas de equipamento ou para equipamento. Fica anexo à povoação do Milharado, dispersa-se por uma área de cerca de sessenta hectares e terei que, numa fase posterior e tão breve quanto possível, proceder a algum encontro de interesses entre aquilo que é a obrigatoriedade de cedência de área para equipamento e aquilo que é o interesse municipal de obter essa área em localizações relativamente interessantes, dado que se trata de uma escola. Todos os outros projectos já foram entregues, a equipa é a Entre Planos, foram três consultadas, a Entre Planos, Valssassina e Intergaup, três equipas seniores de projectos e que têm obrigação de até Maio entregarem projectos feitos, chave na mão. São equipas com muita capacidade técnica e de realização e que conseguem fazer, portanto, tivemos que ir ter com grandes gabinetes. De qualquer forma, é para lhes dar nota que está em franco curso este projecto, embora depois se siga o concurso público internacional para a constituição da empresa que irá fazer as escolas, já com os projectos e depois com a constituição da empresa, lançamento das obras, um processo que julgamos que só no terceiro trimestre de dois mil e seis poderá ter início. No entanto, há aqui uma escola, que é a da Igreja Nova, que está a ser feita fora deste pacote e que poderá começar em construção à volta de Junho, Julho. Interessa-nos também esta escola porque vem-nos aliviar a pressão que está a ser feita na Hélia Correia, nos Jardins de Infância, uma vez que é uma escola com pré-primária e primária.” -----

-- O Senhor Manuel Pimenta acrescentou que "eu quero voltar novamente à questão da boa fé e quero alertar o seguinte: o Senhor Presidente também está distraído porque o meu camarada além da questão da Comissão do Biodigestor que poderia ser endereçada ao Presidente da Assembleia, também endereçou questões ao Senhor Presidente da Câmara, quando falou na questão do Turismo era para o Senhor Presidente também responder. Eu noto que em relação ao Deputado do PSD teve a atenção em responder concretamente a todos os pontos e acho muito bem, a questão que eu levanto agora é se está também de boa fé em relação ao Deputado do Partido Socialista, em relação àquela questão que levantou sobre o Turismo? Será que também tem algum problema em responder sobre o Turismo aqui à Assembleia? Esta questão de ética coloca-se também nesta área, eu há pouco tive que me calar porque não me lembrei do assunto do Turismo, mas penso que é um assunto do Senhor Presidente. Não sei se vai ter oportunidade ou não. Mas, o assunto que me traz aqui é a questão da situação financeira da Câmara, eu tive o cuidado de analisar o documento e fiquei um pouco preocupado com o *stock* da dívida que está aqui enunciado nesta página, num montante de doze milhões e quinhentos mil euros, penso que em termos legais, de endividamento, está tudo ok, não há nada de ilegalidade, mas penso que é preocupante, tanto mais que isto é importante para os municípios e para as pessoas da Assembleia, não é a verdadeira dívida da Câmara Municipal de Mafra, esta é a dívida, do *stock* de dívida até esta data, da Câmara Municipal não tendo em conta as dívidas das empresas participadas pela Câmara, das empresas intermunicipais, ou seja, a Câmara ao participar nos capitais sociais das empresas, nomeadamente na Pavimafra, na Mafratlântico, penso que outras também, também é corresponsável por dívidas que essas empresas têm. A gestão financeira, muitas vezes das autarquias, e o endividamento é feito camuflado por estes truques, as Câmaras têm dívidas, mas as empresas que são participadas pela Câmara também têm dívidas, na volta, e é uma crítica do país, é uma crítica da gestão municipal e autárquica, há muitas dívidas e o Banco de Portugal, toda a gente fala muito, desde as pessoas particulares, passando pelas empresas, as autarquias, é uma característica de que nós estamos endividados. Quando se fala do défice e quando às vezes dizemos que os outros lá longe têm problemas de défice, nós devemos olhar para a própria casa, até falando nas questões de pessoas singulares. Pedia aqui, dentro da brevidade possível, que transmitissem a verdadeira dívida da Câmara não só da Câmara que está aqui testemunhada, muito bem, mas também das corresponsabilidades da Câmara nas empresas participadas e nas empresas intermunicipais. Para terem ideia, e isto aqui pode ser uma boa «caixa» para os jornalistas, tendo em conta que o Município tem mais ou menos cerca de cinquenta mil pessoas, se nós dividirmos a dívida da Câmara, são cerca de doze milhões e quinhentos mil euros, por cinquenta mil pessoas, cada munícipe, cada eleitor, já deve duzentos e cinquenta euros, cinquenta contos, se o agregado familiar forem de três pessoas, três adultos, já deve três vezes mais. Isto é daquelas contas que às vezes fazem os jornalistas, por isso nós temos as nossas dívidas, como cidadãos e como pessoas singulares, mas depois na comunidade e derivado à gestão das pessoas que nós lá metemos, também temos dívidas e somos corresponsáveis com essas dívidas. Nós até podíamos dizer sim senhor, nós em Mafra, os municípios em Mafra têm uma dívida, mas beneficiamos porque a dívida, o crédito ou aquilo que nós pedimos, até nos vai levar a outras questões e vai-nos resolver, nos beneficiar noutras áreas. Agora pergunto, quando há os impostos anuais do IMI, eu pergunto qual é a taxa que a Câmara aplica? É a taxa média, baixa ou a alta? Quando temos que pagar a água é um bom metro cúbico, comparavelmente com outros Concelhos, ou é acima dos preços de metro cúbico da água noutros Concelhos? Por um lado, endividamo-nos e, por outro, os municípios têm uma dívida, mas não beneficiam directamente daquilo que a Câmara pede como empréstimo. Isto é uma análise que eu peço às pessoas que pensem e também, obviamente, à Câmara. Senhor Presidente e Senhores Vereadores, este número traduz uma dívida, isto tem uma natureza de dívida, pensam que há empréstimos de médio e longo prazo, não sei também se há

dívidas a fornecedores, também é outro assunto que eu desejava que fosse esclarecido." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra disse que "devo esclarecer os senhores Deputados que só respondo à Assembleia quando eu quiser e entender. As perguntas feitas à Câmara e ao Executivo, a mim particularmente, devem ser feitas por escrito e endereçadas ao Presidente da Assembleia e eu responderei na oportunidade ou, então, com tempo endereçadas para que eu possa ter resposta, não tenho problemas em responder. Eu respondo dizendo-lhe que o seu camarada, não se trata de nada pessoal, perdeu a oportunidade para aquando da discussão do Plano de Actividades fazer esta questão, aí sim, vêm definidas as linhas gerais daquilo que é a política de Turismo para a Câmara Municipal, depois há planos sectoriais, com certeza que sim, que vão evoluindo porque o Plano de Actividades é uma perspectiva de crescimento ou de mudança constante e de aperfeiçoamento, mas aí é que havia oportunidade para falar daquilo que são as intenções municipais para essa área. Depois, dizer-lhe que a dívida, o Concelho que o Partido Socialista queria, eventualmente, e há não sei quantos anos não consegue, é de facto um Concelho parado, perfeitamente imobilizado, sem dívidas, de preferência com um chapéu de sol, numa praia daquelas muito bonitas que já temos, mas sem acessos, sem escolas, nem caminhos, sem investimento, é este o caminho do Partido Socialista. Leu maldosamente a dívida, mas esqueceu-se de ler um factor importante que está aí, vem em números, que é o saldo, neste momento, da Câmara Municipal são de catorze milhões e trezentos mil euros. O saldo disponível na Câmara dá para aniquilar a dívida que nós temos. Depois, cada uma das empresas tem autonomia e aquando da apresentação dos relatórios, com certeza, será feito o retrato exacto, em termos económico-financeiros, da situação de cada uma das empresas. A Câmara Municipal quando pede dinheiro aos contribuintes e quando cobra impostos, naqueles que pode fazer-lo, é para investir. O Concelho está diferente, ainda há bocado apresentei o projecto das escolas e outros mais que se vão seguir, isto não é feito com lamechices e discursos de pose e circunstanciais, é feito com dinheiro. É que a diferença entre o nosso Concelho e outros que se endividam, é que alguns endividam-se para nada fazer, nós endividamo-nos para apresentar obra e se mais resultados não houvessem veja os resultados das últimas seis eleições. Não chamem tolos aos nossos cidadãos eleitores, não ponham todos na mesma bitola, definam de uma vez por todas que Concelho querem, um Concelho estático, imobilizado, perfeitamente parado, ou um Concelho dinâmico, investidor, que garanta e desafie o futuro, criando condições de melhor habitabilidade, dia após dia, com os problemas todos que nós temos. Nós conseguimos manter níveis de investimento, mesmo em altura de crise, de forma a não afectar as nossas populações. Muitos encostaram-se em «eleitoralismos» fáceis, querendo anunciar outras situações que não conseguiam concretizar, sendo que o projecto final, o Concelho diferente é o Concelho que investe e a dívida é assumida. A dívida que está é uma dívida perfeitamente legal, o legislador quando permitiu aos municípios que se endividassem, é porque entendeu que há projectos inadiáveis, que as receitas anuais normais não conseguem superar. Não podemos, por exemplo, neste projecto de escolas, que custa só oito milhões de contos, quarenta milhões de euros, não podemos pensar que é com base no orçamento municipal que nós vamos fazer isto. Temos que arranjar uma estratégia financeira para conseguirmos resolver isto, mas diz o Senhor Primeiro-Ministro, diz a Senhora Ministra da Educação, o problema do investimento na Educação é para ontem, não é para amanhã porque amanhã é tarde. A igualdade de oportunidades, a guerra toda que andam a encerrar escolas em todo o país, ouvem essa guerra no Concelho de Mafra? Porque nós temos um projecto para resolver as questões e por isso endividamo-nos, consciente e responsabilmente, e não venha com essa história dizer que cada cidadão deste Concelho deve não sei quantos euros porque ele deve, mas tem benefícios. Não é ele que deve, mas o Município todo ele no seu conjunto e o próprio orçamento geral de Estado. São as candidaturas que nós, de uma forma *soft*, inteligente e determinada, conseguimos obter, por condições

absolutamente normais e naturais, junto dos fundos comunitários. É esse tipo de investimento, é essa maneira de estar, é essa maneira diferente de fazer que nos faz ser diferentes. Aprendam de uma vez por todas, juntem-se, saibam ler, leiam de uma forma sem maldade, sem cinismos e que queiram retratar. Não venham com demagogias dizer ou dividir, multiplicar ou somar. Ponham no prato das duas situações e vejam se o nosso Concelho não é diferente dos outros. Não é preciso ir muito longe, todos invejam a capacidade de investimento do Concelho.” -----

-- O Senhor Manuel Pimenta acrescentou que “eu tive oportunidade de dizer que o endividamento é legal. Eu sobre esta intervenção do Senhor Presidente da Câmara, só me vou pronunciar na próxima Assembleia quando souber a verdadeira dívida das empresas participadas pela Câmara, depois aí, talvez, tenhamos uma análise mais rigorosa, aí talvez se esbatam essas duas versões, estas duas vertentes da dívida, ou seja, a dívida da Câmara Municipal de Mafra não é o valor que aqui está, da Câmara efectivamente é, mas como esta é responsável pelas empresas participadas e intermunicipais, aí, nessa altura, teremos oportunidade de analisar isso.” -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se ao ponto número dois do período da Ordem do Dia, relativo à Proibição de Estacionamento de Auto-Caravanas no Largo de São Sebastião – Ericeira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que “tem toda a oportunidade de acontecer esta proibição, na medida em que nós temos a cerca de cento e cinquenta metros, cem metros, um parque disponível para caravanas. Não faz sentido depois do arranjo paisagístico que fizemos no largo encher, literalmente, aquilo com caravanas.” -----

-- Não se verificando mais intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com terceiro ponto da Ordem do Dia, referente à AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Ratificação de Deliberação. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “reforçava que estas alterações estatutárias têm como objectivo dificultar a saída de qualquer um dos municípios da Associação e porquê? Nos anteriores estatutos era possível a qualquer município, quase do dia para a noite, sair da AMTRES. A AMTRES neste momento tem endividamento razoável e vai ter muito mais, portanto, é lógico que, salvaguardando os interesses de todos os municípios, cada um ao sair leve consigo a responsabilidade da dívida que é assumida em função da percentagem que tem, no caso de Mafra são sete por cento, é pouco, mas é significativo, mas há concelhos, o caso de Sintra, Cascais e Oeiras, são parcelas significativas e, como tal, há que criar alguma dificuldade legal, que foi aceite por todos, que não se pode sair da AMTRES depois destes investimentos. De qualquer maneira, é isto que está aí explicitado na alteração proposta dos Estatutos.” -----

-- O Senhor Carlos do Amaral referiu que “Nós, no Grupo Municipal do Partido Socialista, analisámos, cuidadosamente, esta informação e achamos lógico o primeiro e o segundo ponto em que se previne, de facto, a situação do município que queira sair da AMTRES. Já tem de notificar a Associação, carta registada, com antecedência mínima de um ano, tem de negociar a sua saída, portanto, já há aqui uma certa dificuldade de saída, mas não podemos concordar com o terceiro ponto. Porquê? Porque achamos que na prática vai inviabilizar, completamente, a saída de qualquer município da AMTRES. Porquê? Exactamente porque fica nas mãos dos municípios que continuam na AMTRES a determinação da compensação que o Município que sai da AMTRES vai ter que pagar. Portanto, parece-nos que isso contraria o espírito inicial original da AMTRES, que era um espírito de vinculação voluntária, de voluntária saída. Se numa sociedade alguém quer sair, já a Lei normal pressupõe a existência de compensações, não sei porque é que agora aqui está reforçada esta ideia, pensamos que o espírito original dos estatutos está a ser contrariado e, por isso, o Grupo Municipal do PS vai votar contra.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que “como foi feita uma análise profunda e cuidada e o voto está definido, de qualquer

forma, para que não fiquem dúvidas e em complemento daquilo que não viram ou que não quiseram ver, quando foi feito o plano estratégico que permitiu a candidatura a fundos comunitários e ao empréstimo bancário para construir uma unidade de tratamento, esta e a de Cascais, foi feito com base naquilo que era a capacidade de produção de resíduos dos quatro municípios, neste momento cifra-se em trezentas e cinquenta mil toneladas/ano e atribuiu-se um valor custo de tratamento por tonelada. Em função da rentabilidade da empresa e globalmente assim falando, esse empréstimo e essa candidatura foi possível afirmar. Não é impune que um concelho, por exemplo como o de Sintra que produz quarenta e dois por cento do lixo sai, ou dos resíduos sai, sendo que quarenta e dois por cento de trezentas e cinquenta mil toneladas são quase metade, como deve calcular, e, portanto, o preço por tonelada é muito superior e era incomportável para os outros, isto é, nós, neste momento, estamos a pagar a vinte e nove euros, salvo erro, a tonelada de lixo, de tratamento de resíduos, isto no pressuposto de que a unidade produz o tratamento de trezentas e cinquenta mil toneladas. Se, porventura, houver uma redução de quarenta e dois por cento, não pagaremos a vinte e nove euros a tonelada, mas pagaremos duzentos ou trezentos euros a tonelada, não sei fazer as contas agora de momento. Isto quer dizer que quem sair, terá que assumir, porque aceitou entrar neste plano estratégico, tem que assumir a responsabilidade dos riscos que cria na estrutura empresarial que abandona. Não é com uma simples carta registada, com um ano de antecedência que se vai embora. Os financeiros fizeram os cálculos com base na produção de lixo global e depois a meio do campeonato, não é o caso de Maфра que tem oito por cento e nem é significativo, mas Sintra tem quarenta e dois por cento, o que inviabiliza, de todo, este modelo financeiro e esta estrutura de tratamento que está candidata e que neste momento está em curso o projecto de execução. Portanto, não podemos, a não ser assumindo os riscos inerentes ao «desfuncionamento» da estrutura empresarial criada que saiam municípios, qualquer que ele seja e por mais pequeno que seja, que é o caso de Maфра que é o mais pequeno.” -----

-- Procedeu-se, então, à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria com sete votos contra do Partido Socialista. Seguidamente, passou-se ao ponto número quatro, relativo à AMEGA – Proposta de Alteração de Estatutos. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que “são pequenas redacções. Tirou-se a EPAL, salvo erro, criaram-se outras unidades de relacionamento. A referência à EPAL, a exclusividade da EPAL foi retirada, salvo erro. São estes textos, são pequenas notas de redacção de acordo com a legislação entretanto produzida sobre a matéria.” -----

-- Não havendo intervenções, procedeu-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Passou-se ao ponto número cinco, referente à Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Minuta de Protocolo. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que “em resultado de alterações legislativas, foi necessário criar um novo modelo de delegação de competências.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “nós já tínhamos um protocolo a funcionar, em termos de delegação de competências, que tem que ser renovado cada novo mandato, portanto, como estamos num novo mandato, é necessário repetir esta delegação de competências na Câmara, esta autorização para que a Câmara possa delegar competências porque elas significam também, cumulativamente, transferências de verbas. As áreas são genericamente aquelas que já aconteciam, quanto às verbas a transferir há aqui algumas alterações que tem a ver com mobiliário urbano que estava englobado numa rubrica à parte e que foi aumentado em cinquenta euros por quilómetro/ ano; conservação e limpeza de bermas e valetas e estradas aumentaram cinquenta euros/ ano por quilómetro. A manutenção dos edifícios mantém-se, a manutenção dos logradouros das escolas também e os jardins. Há aqui uma outra situação que é a possibilidade da requisição de funcionários municipais para complementarem em termos humanos, digamos assim, aquilo que é o esforço das Juntas, sendo que esses funcionários

serão pagos à parte, não serão pagos pelas Juntas, senão, então, o dinheiro que aqui está não dava para nada. Convinha que, uma vez aprovada em Assembleia Municipal, isto tem que obter, da parte das vossas Assembleias de Freguesia, aprovação da aceitação e só depois disso poderemos celebrar os protocolos de acordo. Prevê-se que esta transferência signifique, de acordo com os números e a experiência de anos anteriores, cerca de seiscentos e cinco mil euros para as Juntas de Freguesia.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que “gostaria de solicitar a vossa anuência para que a aprovação da acta seja feita em minuta, como é normal.” -----

-- Não havendo oposição, procedeu-se à votação do ponto número cinco, tendo este sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto número seis, referente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios para o Concelho de Mafra. -----

-- O Senhor Vereador Engenheiro Hélder Sousa Silva apresentou este Plano, dizendo que “decorrente daquilo que foi intenção do Governo em dois mil e quatro, através do Decreto-Lei cento e cinquenta e seis de dois mil e quatro, os Municípios foram incumbidos de, numa segunda linha e primeiramente o próprio Governo, fazer, a nível da Administração Central, um Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios que teria a sua expressão, a nível local, nos diversos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, que é isso que estamos aqui hoje a tratar. Isto foi pensado, arquitectado e, inclusivamente, definido e articulado, através da Portaria mil, cento e oitenta e cinco de dois mil e quatro. Chegados ao final de dois mil e cinco, que seria o limite para que estes Planos tivessem sido feitos, convirá dizer que, naturalmente, o Plano Nacional servia de plano enquadrante destes Planos Municipais, acontece que o Estado, a Administração Central, não o conseguiu fazer em tempo, mas continuando a pedir aos municípios que fizessem os diversos Planos Municipais. Em função disto e sem o tal guião nacional, os municípios, alguns dele, eu não tenho números muito concretos relativamente a isto, mas dos dados que me foram também cedidos através da DGRF, só cerca de três a cinco por cento, número que há-de rondar os três a cinco por cento dos municípios a nível nacional, conseguiram fazer este Plano com a «prata da casa». Se a «luz» não vem da Administração Central, os municípios, aqueles que conseguiram, geraram a sua própria «luz» e fizeram o seu Plano baseado na realidade municipal. Gostaria também de deixar aqui uma nota que este é, de facto, um Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, não é um Plano de Combate, ou seja, não é o Plano que será o Plano de Reacção depois do incêndio acontecer, mas, essencialmente, um Plano de Prevenção e que tem a sua expressão naquilo que, em termos técnicos, os técnicos que sabem desta matéria designam de silvicultura preventiva, um plano de limpeza daquelas faixas que são as causadoras de risco e de perigo e que estão também elencadas nesta legislação que enunciei anteriormente. Este Plano, em termos práticos, tem medidas que têm expressão prática durante os próximos cinco anos, é um plano estratégico que há-de depois de dar origem a planos chamados Planos Prévios de Intervenção, estes sim de nível anual, que são a concretização destas medidas globais para cada um dos próximos cinco anos. Devo dizer aqui também que o Município de Mafra, em articulação com os principais intervenientes nestas matérias, concretamente a Direcção Geral de Recursos Florestais, o Instituto de Conservação da Natureza, a Associação de Agricultores de Mafra, a Associação dos Produtores Florestais, Bombeiros, GNR, Militares, Tapada, já estamos na segunda fase que é a realização de Planos Prévios de Intervenção para o ano corrente, mesmo com estes atrasos que referi. Em suma, há medidas para as áreas da Prevenção, Sensibilização, da Silvicultura Preventiva, da Vigilância, Detecção, dos Rescaldos e também da Vigilância Pós-Incêndio, tudo isto feito numa perspectiva estratégica que visa, em último caso, a defesa da nossa floresta do Concelho de Mafra.” -----

-- O Senhor Daniel Marchante disse que “naturalmente congratulamo-nos com este Plano, entendemos que é uma peça que pode vir a ser importante para a defesa da

nossa floresta, até porque mereceu aprovação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. No entanto, um bom plano pode não fazer realmente a prevenção necessária. Gostaríamos, se possível, de ouvir, hoje ou numa próxima oportunidade, porque é uma situação que interessa a todos e se o nosso Concelho tiver, como foi dito e é também nossa opinião, uma posição pioneira e de interesse nesta área, será interessante também saber após o plano aquilo que está ou vai ser efectuado em relação ao verdadeiro combate, aquele que também importa e que todos os anos é tema das primeiras páginas dos jornais, que naturalmente aflige todos os que vivem perto ou têm bens na floresta? Por essa razão, gostaríamos de conhecer sabemos que uma coisa não tem muito a ver com a outra, mas de qualquer forma é interligado, saber as medidas e as acções que, eventualmente, venham a ser tomadas, a interligação entre as diversas entidades que têm a ver com a acção de combate aos fogos florestais, no fundo é mais isso que importa, embora este Plano, logicamente, estude a floresta como um todo e não só em função dos fogos e também se está prevista alguma estrutura profissionalizante ou mesmo profissional que possa acompanhar no Concelho a situação não só de defesa da floresta, mas também de combate aos incêndios florestais de Verão?" ---

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu ainda que "em nome do Grupo Municipal do PSD, queremos congratular, na pessoa do Senhor Vereador, toda a equipa de funcionários e de colaboradores que com ele possibilitaram a elaboração deste Plano. É de facto um primeiro plano, há a falta de outros planos orientadores que se pudesse ver a nível de outros municípios, ou mesmo a nível nacional, constitui sempre uma nota de dificuldade acrescida para quem se quer lançar nestas áreas, mas penso que, como o Senhor Vereador já teve oportunidade de dizer, que é um primeiro plano, haverá depois os planos anuais que corrigirão algumas situações e até na fase às épocas de incêndios poderá ser dado particular destaque a uma situação de sensibilização ou de prevenção e isso depois será ajustado anualmente. Gostaria de felicitar pelo trabalho elaborado em conjunto, mas personificado aqui pelo Senhor Vereador. Depois, destacar algumas medidas deste trabalho volumoso, mas permitam-me a chamada de outros sectores da sociedade à defesa da floresta, destacar a medida do Voluntariado Jovem para as Florestas, uma medida que é governamental, mas que a Câmara se soube associar a ela, nomeadamente através do IPJ, mobilizando, assim, também os jovens e associações juvenis para a defesa da floresta que é de todos, começando a sensibilizar nas escolas para a problemática do meio ambiente e da protecção da natureza. Por outro lado, também como complemento, acho que é interessante o conceito das Brigadas de Voluntariado, se temos os jovens no âmbito do IPJ, da vigilância dos jovens para a floresta, estas Brigadas de Voluntariado poderão ser criadas nas freguesias, indo, de certa maneira, também ocupar aqueles que estão desempregados, os mais idosos que por estarem reformados não quer dizer que sejam inúteis e não possam colaborar com a sociedade, neste aspecto poderão integrar as Brigadas de Voluntariado a criar nas Juntas, com a supervisão da Câmara, dando também uma ocupação a esta população mais idosa do Concelho que muita experiência tem nalguns casos sobre florestas e que pudera ajudar não só a contar aos mais novos como é que era a floresta há uns anos atrás, pois ardeu e eles já não viram, mas também estas medidas preventivas de participarem e de andarem no terreno, numa perspectiva de vigilância. Ainda na questão de vigilância, penso que não será de descurar outras actividades que a Câmara desenvolve, nomeadamente no âmbito do Desporto Aventura, que são pacotes de iniciativa turística, mas que está provado que aquelas matas que mais frequentemente têm os passeios de BTT e pedestres têm menor propensão para incêndios devido ao movimento das pessoas lá, pessoas que normalmente estão organizadas e têm um cuidado especial com a protecção da floresta, não é aquele tradicional de há uns anos atrás que levava o garrafão para a floresta e fazia uma fogueira. Estamos a falar de estruturas organizadas de Desporto Aventura, nomeadamente a Câmara tem os Roteiros de Aventura que levam grupos de pessoas quer a pé, quer de bicicleta, a percorrer as nossas matas. É também uma medida que poderá contribuir para a prevenção,

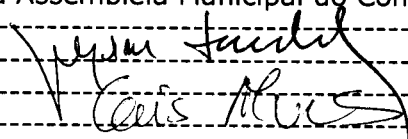
equipados com rádios poderão eles próprios ser os primeiros vigilantes da Natureza durante estas iniciativas e, assim, aliamos a componente turística e desportiva dos Roteiros de Aventura com uma perspectiva de protecção da floresta. É uma medida enquadradora, estamos a alargar o âmbito de protecção do Concelho não só aos tradicionais bombeiros, há muito a ideia de que há problemas, a gente vai deixando crescer o mato e quando houver fogo os bombeiros vêm apagar. Este Plano é essencialmente de prevenção, daí a sua importância, e ficaremos, então, a aguardar os esforços que sei que o Senhor Vereador tem estado a desenvolver junto das três corporações de bombeiros do Concelho para dotar o Concelho de planos de intervenção mais pormenorizados para precaver a época de incêndios." -

-- O Senhor Vereador Engenheiro Hélder Sousa Silva referiu que "o tema que o Senhor Deputado focou é um tema «quente» a nível nacional, ou seja, fugiu um pouco àquilo que é o foco do nosso plano, estamos a tratar de um Plano de Prevenção, de Defesa, o Senhor Deputado falou do Combate, a outra face da moeda. Mais uma vez também, perdoem-me que tenha esta franqueza convosco, quando, utilizando um ditado popular, «casa de pai, escola de filho», ou seja, quando o pai dá maus exemplos como é que os filhos podem ser como gostaríamos? Estou a falar da área do combate, lembro que o serviço que tutela operacionalmente o combate, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, há quinze dias atrás, em nove dias mudou de Presidente, isto vem acontecendo sistematicamente nos últimos anos, ou seja, estes mesmo bombeiros que são os principais intervenientes no combate, sentem-se perfeitamente desorientados, mas, não obstante deste facto que, mais uma vez da nossa Administração Central, o Município de Mafra, como os restantes, não têm a resposta que desejariam, nós, ao invés daquilo que acontece, já tivemos duas reuniões com os Comandantes dos três corpos de bombeiros e, neste momento, estão a ser realizados Planos Prévios de Intervenção com esses mesmos três Comandantes para a área do combate que a seu tempo serão apresentados, e onde senti, da parte deles, que havia uma grande vontade de, em conjunto e a nível municipal, definirmos uma estratégia de complementaridade não de hostilidade entre corpos de bombeiros, mas sim de complementaridade para que Mafra no seu todo possa responder aos problemas de Mafra, quando Mafra necessite de ajuda, daquilo que são os grupos de reforço, que essa ajuda já esteja inventariada e contemplada, por forma a que sejam devidamente enquadrados e não de alguma forma como tem acontecido no passado, não digo que não volte a acontecer porque há situações que nós não conseguimos controlar porque são grupos que vêm que fora, mas, de facto, é diminuir essa probabilidade daquilo que é aquela avalanche sem controlo e os próprios Comandantes locais reconhecem que é necessário intervir e estão, neste momento, a fazer um plano conjunto para que tal tenha eco no próximo Verão e esperamos que dê os seus resultados." -----

-- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Concluídos os trabalhos e não se verificando intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam quarenta minutos das vinte e duas horas do dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e seis. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: Armando Madeira, Maria da Conceição Simões, fazendo-se representar pelo Senhor Carlos Maia, Paulo Ricardo, fazendo-se representar pelo Senhor Jorge Manuel Simões Duarte, e Olga Pires. Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Paulo Ricardo e Olga Pires. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Carlos Maia